



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**PRECATÓRIO Nº 6059 - DF (2020/0077268-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE** : JOANA CARDOSO DE SOUZA - ESPÓLIO  
**REQUERENTE** : MARCELO LAVOCAT GALVAO  
**REQUERENTE** : PAULO SERGIO CUNHA  
**ADVOGADO** : MARCELO LAVOCAT GALVÃO - DF010958  
**REQUERIDO** : UNIÃO  
**REQSTE** : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### **DECISÃO**

Cuida-se de requisição de pagamento oriunda da ExeMS 7386 (201603179595), expedida em favor de JOANA CARDOSO DE SOUZA - ESPÓLIO, MARCELO LAVOCAT GALVAO e PAULO SERGIO CUNHA, estes beneficiários de destaque de honorários advocatícios contratuais.

Intimada, a UNIÃO concordou com a regularidade formal, porém ressaltou que "encontra-se pendente de julgamento nos autos da Execução o recurso da União referente à ilegitimidade dos exequentes falecidos". Em razão disso, requereu que se aguarde definição nos autos principais.

O Ministério Público Federal não se opôs ao prosseguimento.

Certidão da Seção de Precatórios e RPV indicando a disponibilidade de verba para liquidação deste precatório.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em consulta aos autos principais, verifiquei que a matéria relativa à ilegitimidade dos exequentes falecidos ainda está em discussão perante o juízo da execução.

Entretanto, tal pendência não configura óbice para o depósito do valor. Ao contrário, é de interesse da parte requerida que a quantia seja depositada o quanto antes para evitar que seja despendido mais recurso público para arcar com a correção que deve incidir até a data do depósito.

Ademais, a Instrução Normativa STJ/GP n. 3/2014 prevê que:

Art. 13. Notificada, nos autos do precatório ou da RPV, a existência de controvérsia, no âmbito do processo de execução, acerca do valor da

requisição de pagamento ou de qualquer outra pendência jurídica que impeça sua liquidação, o presidente do Tribunal determinará o seguinte: [...]

II – se a controvérsia envolver o valor total do requisitório, o depósito do valor do precatório ou da RPV em conta remunerada e bloqueada, até decisão final sobre a questão.

Caso o juízo da execução decida a favor da requerida, a quantia bloqueada poderá ser devolvida aos cofres públicos. De outro modo, a quantia poderá ser liberada a quem de direito.

Ante o exposto, determino o pagamento desta requisição com marcação de bloqueio, condicionado à existência de disponibilidade financeira, mediante abertura de conta remunerada em nome do(s) beneficiário(s) em instituição financeira conveniada, reservados os recursos das requisições anteriores pendentes de pagamento (art. 13, II, da Instrução Normativa STJ/GP n. 3/2014).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente